REQUERIMENTO Nº_____/2025

A Vereadora que a presente subscreve, depois de observar as normas regimentais, **REQUER** que seja encaminhado expediente à Mesa Diretora desta Casa Legislativa e à Comissão Permanente de Cultura, solicitando a instituição de um Grupo de Trabalho ou Comissão Especial para a implementação de projeto de preservação histórica focado nas religiões de matriz africana, através de Mapeamento e Pesquisa, Registro Biográfico, Publicação Editorial e, Exposição Museológica.

Justificativa:

A presente iniciativa busca colher informações para a implementação de projeto de preservação histórica focado nas religiões de matriz africana, contemplando as seguintes ações obrigatórias:
Mapeamento e Pesquisa: Realização de levantamento histórico e geográfico das casas de santo, terreiros e espaços ancestrais ativos e históricos situados no município de Macaé;
Registro Biográfico: Coleta de depoimentos e história oral das lideranças religiosas (Yalorixás, Babalorixás, demais zeladores de santo e praticantes históricos) que compõem a memória viva da cidade;
Publicação Editorial: Produção e publicação de uma obra literária/documental institucional catalogando os espaços sagrados e as biografias das lideranças, servindo como material paradidático e de consulta pública;
Exposição Museológica: Curadoria e montagem de uma exposição no Museu do Legislativo, contendo fotografias, objetos litúrgicos (quando autorizados) e painéis informativos resultantes da pesquisa.

O presente requerimento também fundamenta-se na necessidade urgente de o Poder Legislativo atuar como guardião da memória plural da cidade de Macaé.

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, impõe ao Estado o dever de garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras.

Macaé possui uma rica herança cultural forjada pela população negra, pelos povos originários e pelos povos de terreiro. No entanto, a história oficial muitas vezes silencia a contribuição desses espaços, que não são apenas locais de culto, mas verdadeiros quilombos urbanos de resistência, acolhimento social e preservação de saberes ancestrais.

Esta proposição nasce das provocações e do diálogo constante com lideranças fundamentais, como o Babalorixá e militante político Magnun Amado, o advogado Dorniê Mathias e tantos outros militantes da causa.

O marco temporal do centenário da Tenda Espírita Ogum Yara, a ser celebrado em 23 de abril de 2026, torna esta ação ainda mais premente.

Entendemos que este será um passo fundamental na proteção e visibilidade aos terreiros de Macaé, cujas raízes se confundem com o próprio povoamento da cidade, tanto no processo da diáspora quanto na migração contemporânea que conferiu ao nosso território seu olhar cosmopolita.

O resultado desta pesquisa garantirá direitos e o acesso da sociedade aos conhecimentos amplos com os quais a cultura afroindígena contribuiu para a nossa formação identitária.

É imperativo que, assim como a Tenda Espírita Ogum Yara, outras casas — em funcionamento ou que já encerraram suas atividades — tenham sua história e personagens resgatados, a exemplo do Xangô Menino e da Tenda da Jurema, ambas com mais de 60 anos de legado no município.

A criação deste projeto visa atingir múltiplos objetivos de interesse público:

Combate ao Racismo Religioso: A visibilidade institucional e a validação histórica são ferramentas poderosas contra a intolerância;

Preservação do Patrimônio: Reconhecer os terreiros como patrimônio imaterial (saberes, festas, ritos) e material (arquitetura, geografia) é essencial para evitar o apagamento histórico;

Educação e Cidadania: A produção do livro e a exposição no Museu do Legislativo democratizam o acesso à informação, permitindo que estudantes e a população em geral conheçam a verdadeira formação identitária macaense.

Ao solicitar que esta Casa, através de sua Mesa Diretora e da Comissão de Cultura, lidere este processo, reafirmamos o compromisso do nosso mandato e do Partido dos Trabalhadores com a promoção da igualdade racial e a valorização da diversidade.

O Museu do Legislativo, como "Casa do Povo", é o cenário ideal para abrigar e celebrar a ancestralidade que ajudou a construir nossa cidade.

Diante da relevância cultural, histórica e social da matéria, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2025.

Leandra Lopes

Vereadora-autora